

ACTA NÚMERO DEZOITO

Ao dia nove de Maio de 2007, pelas quinze horas, reuniu em Lisboa, na sede social, na Rua da Junqueira, 94, a Assembleia Geral Anual da APL- Administração do Porto de Lisboa, SA, presidida pelo Dr. António Brito Silva e secretariada pela mestre Teresa Isabel Carvalho Costa.

Estavam presentes, o accionista Estado, detentor de 100% das acções da Sociedade, representado pela Dr.^a Ana Beatriz Azevedo Dias Antunes Freitas, nomeada por Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e dos Transportes, de 4 de Maio de 2007, o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho, os vogais do Conselho de Administração, Dr. Daniel José de Freitas Esaguy e Dra. Sandra Raquel Ribeiro de Magalhães Vilhena Ayres e ainda o Fiscal Único, Pricewaterhouse 'Coopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representado pela Dra. Cristina Maria Santos Pereira.

O Presidente da Mesa procedeu à abertura da Assembleia, dando a palavra ao representante do accionista que propôs e votou favoravelmente que a assembleia se constituísse e deliberasse, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, de acordo com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2006;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados apurados no exercício;
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização de Sociedade no exercício de 2006;
4. Deliberar sobre a cobertura de resultados transitados negativos;
5. Aprovação dos objectivos para 2007;
6. Deliberar sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2007, bem como sobre projectos de investimento cujo valor excede 10% do Capital Social;
7. Deliberar sobre a alteração dos estatutos da sociedade decorrente do artigo 413.º do CSC;
8. Deliberar sobre a Eleição do Conselho Fiscal;

ACTAS

Mesa de
Folha 32

Aprovada a ordem de trabalhos e entrando no ponto um da mesma, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração que procedeu a uma breve apresentação do Relatório e Contas do exercício de 2006. O Dr. Manuel Frasquilho referiu que o exercício de 2006 constituiu um ano de transição no desenvolvimento da actividade da APL, salientando a particularidade do Porto de Lisboa, em relação aos restantes, em termos do vasto número de quilómetros de costa estuarina sob sua responsabilidade, abrangendo diversos municípios. Mais mencionou que foi iniciado um processo de preparação do Plano Estratégico, com vista a reverter a imagem criada no passado recente, orientada para o turismo, para uma orientação que permita consolidar a vantagem competitiva do Porto de Lisboa, designadamente da carga contentorizada.

Em termos globais verificou-se um aumento da carga geral em 2,3% e uma redução de cerca de 5,1% no que respeita ao tráfego de graneis sólidos e líquidos. No mercado dos cruzeiros verificou-se um aumento de cerca de 13,1% no número de passageiros, sendo, no entanto, do entendimento de que se trata de uma actividade que carece de reformulação e desenvolvimento integrado com o Turismo de Lisboa. Em 2007, esperam ter já implantado uma contabilidade de custos por áreas de negócio que permita determinar os resultados por actividades e evidenciar os custos de natureza social que a APL suporta e que não são visíveis na conta de Exploração. Por último salientou a necessidade de resolução juntamente com o accionista de alguns dos constrangimentos operacionais nomeadamente em termos de acessibilidades, e financeiros, decorrentes de dívidas de algumas Instituições Públicas.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou o relatório à votação, o qual foi aprovado com voto favorável do representante do accionista Estado, atentas às reservas e as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas.

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa colocou a proposta de aplicação dos resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, a votação, no sentido do Resultado líquido apurado, no montante de 7.649.313 euros ter a seguinte aplicação: para Reserva Legal 764.931 euros, para Resultados transitados 6.884.382 euros, a qual foi aprovada pelo representante do accionista Estado.

Prosseguindo para o ponto três da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao representante do accionista Estado que propôs e votou favoravelmente um voto de confiança no Conselho de Administração, em cada um dos seus membros, bem como no Fiscal Único.

Passando para o ponto quatro da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao presidente do Conselho de Administração o qual referiu que, face à decisão da Assembleia Geral relativa ao exercício de 2005 que recomendou que o Conselho de Administração da APL procurasse soluções para a cobertura de resultados transitados negativos, por via da utilização de parte das reservas constituídas e dado que muitas das reservas constituídas resultaram da avaliação e integração na APL de activos imobilizados aquando da sua transformação em Sociedade Anónima e ainda que parte importante dos prejuízos transitados resultaram, nomeadamente, em termos de provisões para pensões e assistência médica, de responsabilidades decorrentes da referida transformação, propunha o seguinte: a) que a integração dos prejuízos transitados, após aprovação das contas relativas ao exercício de 2006, seja efectuada pelas Reservas de Constituição, b) a constituição, dada a sua histórica raiz patrimonial, de uma única reserva - Reserva Patrimonial - integrando os saldos de todas as outras reservas com excepção da Reserva Legal. Seguidamente o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação a qual foi aprovada pelo accionista Estado.

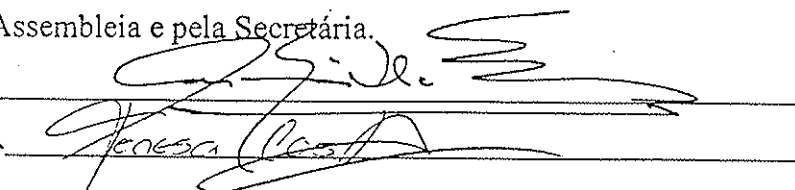
Entrando no ponto cinco da ordem de trabalhos, o representante do accionista Estado tomou a palavra para propor as orientações estratégicas e objectivos de gestão para 2007, tendo entregue ao Presidente do Conselho de Administração o documento de "*ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A APL PARA O MANDATO EM CURSO*", que constitui um anexo à presente acta, bem como para proceder à sua aprovação.

Prosseguindo para o ponto seis da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao accionista Estado que propôs a suspensão dos trabalhos e o seu reinício no dia 15 de Junho às quinze e trinta no mesmo local.

Não havendo mais intervenções, e estando aprovada a suspensão da Assembleia Geral, com reinício marcado para o próximo dia 15 de Junho, o Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada pelas dezasseis horas e quinze minutos, dela se lavrando a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e pela Secretária.

PRESIDENTE

SECRETÁRIA



The image shows two handwritten signatures in black ink. The first signature is for the President and the second is for the Secretary. Both signatures are written over horizontal lines that serve as baselines for the text.